

XLIX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Malabo, 2 e 3 de abril de 2025

Relatório Final

1. Apresentação das Propostas de Atividade submetidas pelas Entidades Executoras (17 de março de 2025)

Em momento prévio à realização da Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), que teve lugar em Malabo, nos dias 2 e 3 de abril de 2025, foi realizada, no dia 17 de março de 2025, em formato digital, a apresentação das Propostas de Atividade submetidas pelas Entidades Executoras¹, para que os Pontos Focais de Cooperação da CPLP (PFC) pudessem inteirar-se dessas propostas e esclarecer eventuais dúvidas junto dos proponentes.

A primeira proposta de atividade apresentada foi: “Plano de Formação Externa IPMA - 2025”, apresentada pelo proponente Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP.

A segunda proposta apresentada foi: “Mediar CPLP: Fortalecimento da Resolução de Conflitos e Inclusão Feminina nos países Lusófonos”, apresentada pelo proponente Associação Resposta Luso – Emergências, Desenvolvimento e Resiliência (Resposta Luso)

A terceira e última proposta de atividade apresentada foi: “CPLP Conecta: Plataforma de Internacionalização e Transformação Digital para Empresas”, apresentada pelo proponente Associação Resposta Luso – Emergências, Desenvolvimento e Resiliência (Resposta Luso).

2. Terceiro seminário de capacitação dos pontos focais setoriais da Guiné Equatorial (1 e 2 de abril de 2025)

A XLIX contemplou, em momento prévio à sua realização, um terceiro seminário de capacitação dos pontos focais setoriais da Guiné Equatorial. Recorde-se que os anteriores seminários se realizaram nos dias 2 a 5 de março de 2020 e 9 e 10 de julho de 2024, igualmente em Malabo.

Este terceiro seminário decorreu nos dias 1 e 2 de abril e foi amplamente participado.

¹ Conforme deliberação da XLIII RPFC, de 15 e 16 de março de 2022, “[a]s apresentações por parte das entidades proponentes passarão a ser realizadas em momento prévio às RPFC, em formato virtual, preferencialmente na semana que antecede a realização das mesmas”.

Nesta edição foi realizado um exercício prático, com uma simulação prática baseada nos procedimentos da CPLP, em que os participantes tiveram de se dividir em grupos de interesse/especialização setorial e preparar uma proposta de documento de atividade para apresentar à Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

Este exercício motivou a necessidade de coordenação entre os participantes para que se identificassem setores de atividade para a formulação das propostas, contendo objetivos, resultados esperados e identificação de meios para a concretização das propostas.

Foram constituídos 7 grupos de trabalho que trabalharam nos seguintes setores:

- Agricultura, Pescas e Ambiente - Proposta de Atividade: Desenvolvimento de Capacidade e Intercâmbio de Experiências de Técnicos Extensionistas Rurais e Técnicos do Setor das Pescas dos Estados-Membros da CPLP
- Transporte e Comunicações - Proposta de Atividade: Assistência Técnica para Estudo de Viabilidade para a Criação de uma Empresa de Transportes Pública
- Economia, Comércio e Finanças - Proposta de Atividade: Criação de uma Rede de Incubadoras
- Juventude, Turismo e Cultura - Proposta de Atividade: Desenvolvimento de Turismo Sustentável na GE
- Educação, Ciência e Ensino Superior - Proposta de Atividade: Elaboração de Currículos e Edição de Livro de Texto para Ensino da Língua Portuguesa na Guiné-Equatorial
- Energia - Proposta de Atividade: Produção de Eletricidade Descentralizada com Origem Solar/Fotovoltaica para Bombagem de Água para Agricultura em Akurenam
- Direitos Humanos - Proposta de Atividade: Instituto para Formação e Capacitação em Direitos Humanos na Guiné-Equatorial

Estes grupos de trabalho foram apoiados pelos representantes das Entidades Executoras que se deslocaram a Malabo para prestação de contas à XLIX RPFC.

A parte final do exercício compreendeu a apresentação das propostas de atividade à XLIX PRFC, que sobre elas se pronunciou tal como procedimento adotado com qualquer entidade proponente.

De uma forma geral, as propostas de atividade foram apreciadas positivamente pelos PFC e permitem augurar uma participação efetiva das diferentes áreas setoriais da República da Guiné Equatorial nas atividades da RPFC.

3. Abertura

A sessão de abertura, realizada no dia 2 de abril de 2025, esteve a cargo da Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Equatorial, Maria Angeles Miaga Bibang, e do Secretário Executivo da CPLP, Zacarias Albano da Costa.

Após as palavras de boas-vindas da Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Equatorial, o Secretário Executivo usou da palavra, destacando a importância da realização em Malabo de uma reunião de um órgão estatutário da CPLP como reflexo do crescente envolvimento da Guiné Equatorial nas atividades da Organização, designadamente no pilar da cooperação da CPLP. Saudou os participantes e agradeceu o trabalho das entidades

executoras de projetos apoiados pelo Fundo Especial, valorizando o seu contributo para a transparência e eficácia da cooperação.

Fez um balanço do seu mandato, sublinhando a realização de oito reuniões de Pontos Focais de Cooperação e o dinamismo das atividades desse pilar, que registara avanços significativos na institucionalização, monitorização e apropriação local das atividades apoiadas pelo Fundo Especial da CPLP. Destacou também a nova metodologia de realização rotativa das reuniões, que permitia uma maior proximidade com os Estados-Membros e o reforço dos processos de prestação de contas.

O Secretário Executivo alertou, no entanto, para os constrangimentos existentes, nomeadamente a limitação de recursos humanos e financeiros, apelando a um reforço sustentado das contribuições para o Fundo Especial, em especial por parte dos Estados e setores que ainda não utilizavam este instrumento. Sublinhou que a sustentabilidade da cooperação da CPLP melhoraria com uma maior previsibilidade na disponibilização de recursos e aprofundamento da articulação com os compromissos assumidos pelos demais órgãos da CPLP e suas instâncias políticas.

Encerrou a intervenção agradecendo o apoio prestado ao longo do seu mandato, expressando confiança no futuro do pilar da cooperação e desejando que o próximo Secretário Executivo pudesse aprofundar as reformas iniciadas, consolidando a CPLP como espaço de cooperação multilateral eficaz e relevante para os seus Estados-Membros.

(Lista de Participantes – Anexo 1).

4. Aprovação da Agenda de Trabalhos

Após a abertura passou-se para a análise da agenda da XLIX RPFC.

O Ponto Focal de Cooperação de Timor-Leste (PFC TL) solicitou a inclusão de um ponto no item 7.8 da Agenda, relativo à atividade “Lusofonia em Timor-Leste.”

Não havendo mais alterações, a agenda foi aprovada por unanimidade com as alterações propostas (Anexo 2).

5. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP e de outros temas de cooperação

a. Seguimento das deliberações da XLVIII RPFC

O Diretor de Cooperação (DC) projetou a grelha de deliberações da XLVIII RPFC (Anexo 3), que decorreu em julho de 2024, em São Tomé e Príncipe. Indicou que a deliberação sobre a atualização do Quadro Bienal de Cooperação (QBC 2023-2025) fora cumprida, recordando que a versão atualizada do documento para consulta pelos PFC havia sido disponibilizada na zona reservada dos documentos de apoio à XLIX RPFC.

Passou em revista as propostas de atividades sobre as quais a XLVIII se tinha debruçado, fornecendo breves indicações sobre os avanços e grau de execução das atividades que tinham sido alvo de financiamento.

Informou que, tendo como base o QBC 2023-2025, iria, nos pontos seguintes da agenda, proceder a um balanço alargado do grau de execução de todas as atividades inscritas nesse documento.

O Ponto Focal de Cooperação de Angola (PFC ANG) usou da palavra para manifestar o interesse de Angola em acolher a “3ª Conferência de Hidrografia”.

b. Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (dezembro de 2025)

O DC informou que, como habitualmente, o Diretor de Administração e Finanças havia preparado uma informação sobre a execução financeira das atividades constantes do QBC (Anexo 4). Seguidamente passou em revista as diversas atividades listadas, referenciando de forma mais particular aquelas executadas com os recursos do Fundo Especial da CPLP, prestando informação sobre os montantes executados e disponíveis.

c. Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2023-2025

O DC passou em revista as atividades listadas no Quadro Bienal de Cooperação 2023-2025 (Anexo 5), fazendo breves pontos de situação nas atividades que haviam registado desenvolvimentos no último ano.

Aproveitando a presença de entidades executoras na reunião, foram realizadas apresentações pelo FEC - Fórum Energia e Clima (anexo 6); ACTUAR - Associação para a Cooperação e Desenvolvimento (anexo 7), IST - Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa; ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental (anexo 8); LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia (anexo 9) e BIGMOVE (anexo 10)

A Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR) informou que a Rede de Pontos Focais da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) se encontrava expressivamente atuante, tendo mantido encontros virtuais para deliberar sobre o plano de trabalho do projeto e sobre o edital de mobilidade. Acrescentou que se perspetivava, para segunda quinzena de maio, a realização de encontro da Rede em Lisboa.

Quanto ao projeto de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP, indicou que estava a ser trabalhada uma nova fase do projeto pela Secretaria Nacional dos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos, que iria integrar as propostas resultantes do trabalho da Rede de Direitos Humanos da CPLP. Complementarmente, informou que seria feita uma articulação com o Instituto de Políticas de DH do Mercosul e com o Instituto DH do Brasil para a realização de uma atividade conjunta.

Referenciando o projeto Capoeira, a PFC BR informou que estava a ser organizada, para o início do segundo semestre de 2025, a realização de uma nova missão ao Brasil da equipa de alunos e professores da Faculdade de Motricidade Humana de Bissau, com o intuito de reforçar as vivências práticas de utilização da capoeira como recurso pedagógico. Aditou que se perspetivava que essa missão tivesse lugar, no Estado da Bahia. Acrescentou que a ABC se iria articular com os parceiros para definir uma data que pudesse facilitar a presença de um representante do SECPLP na atividade.

Finalmente, no que concerne ao Observatório do Clima, deixou uma sugestão para que pudesse ser feita uma reflexão sobre como os Estados-membros poderiam aceder a fundos internacionais, para projetos nessa seara, ponderando a possibilidade de uma capacitação para esse efeito.

O Ponto Focal da Guiné-Equatorial (PFC GE) revelou disponibilidade do seu país em inserir-se no projeto dos Laboratórios de Engenharia Civil e no projeto dos Meninos de Rua,

avançando, no que respeitava ao último, que já haviam sido promovidos contactos entre o Diretor da Sociedade Civil e a Diretora para a área da Juventude e a entidade executora, tendo em vista possibilidade de participação no 5º encontro. Acrescentou que a implementação do Plano de Ética no Desporto Fase II havia sido bem recebida e que a atividade estava a ser desenvolvida no país.

d. Apuramento de recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP

O DC apresentou um quadro que tinha por base a informação prestada pelo Diretor de Administração e Finanças, reunindo o resumo do apuramento dos recursos livres disponíveis para deliberação dos PFC.

Informou que o SECPLP realizara um exercício de avaliação da disponibilidade de recursos livres, sugerindo à RPFC a realocação de verbas resultantes de atividades já concluídas, designadamente: Seminário Internacional Cuidados Saúde Primários; Diálogos CPLP - Cimeira NU p/ Sistemas Alimentares Sustentáveis; e 52ª Sessão do Comité Segurança Alimentar Mundial. Assim, indicou que o montante total apurado a partir da realocação de verbas totalizava €80.721,36. Informou, também, que haviam sido apurados Recursos a partir dos Limites de Consignação para novas propostas correspondendo a um total de €72.257,25.

Seguidamente apresentou as seguintes propostas de realocação de verbas:

- Realocação de €1.321,80, remanescentes do "Seminário Internacional Cuidados de Saúde Primários", para o PECS-RINSP (PECS-CPLP);
- Realocação de €35.637,46, remanescentes da atividade "Diálogos CPLP", para o CONSAN-CPLP (H201401);
- Realocação de €35.637,46, remanescentes da atividade "Diálogos CPLP", para uma nova atividade da Campanha JcF, denominada "Promoção do Serviço da Produção e Comercialização de Hortícolas nas Associações Maria Guebuza e Nova Vida no Distrito de Ribáue", na Província de Nampula, em Moçambique;
- Realocação de €8.124,64, remanescentes da 52ª Sessão do CFS (AP77), para a ESAN-Plano de Atividades (ESAN00).

A PFC BR questionou se 11 anos depois os projetos da Campanha JcF ainda se manteriam relevantes e se as necessidades identificadas ainda existiam. Solicitou aos Estados envolvidos que pudessem confirmar se assim o era.

O DC explicou o procedimento que sendo seguido pelo SECPLP, que passava por um contacto direto com a entidade proponente para avaliar a sua disponibilidade e capacidade em implementar a atividade, aferir se o projeto ainda mantinha relevância e, caso assim se confirmasse, solicitar a sua atualização e revisão à luz da atualidade no terreno.

Lembrou, depois, que dos 14 projetos aprovados pelo júri em 2015, haviam sido financiados até ao momento da reunião os seguintes:

- a) "Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha", Cabo Verde, Ilha de São Vicente, Ribeira de Vinha, concluído em 2016;
- b) "Mulheres pequenas agricultoras das bolanhas - a caminho de redução da insegurança alimentar e de melhoria nutricional nas tabancas", Guiné-Bissau, Cacheu, sector administrativo S. Domingos e Bigene; concluído em 2016;

- c) "Nutrição e saúde escolar em São Tomé e Príncipe: boas práticas a partir da infância", São Tomé e Príncipe, concluído em 2017;
- d) "Projeto de Desenvolvimento de Boas Práticas Agroecológicas e Educação Nutricional em Zandamela", Moçambique, Província de Inhambane, Distrito de Zavala, Posto Administrativo de Zandamela, concluído em 2020;
- e) "Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agropecuários e empreendedorismo", Cabo Verde, Ilha de Santiago (Concelhos de Ribeira Grande de Santiago, São Salvador do Mundo, Santa Cruz e Calheta de São Miguel), concluído em 2020;
- f) "Projeto de apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu", Guiné-Bissau, Cacheu, concluído em 2021;
- g) "Nô nutrison, ô vida", Guiné-Bissau, região de Cacheu, Setor de Cacheu, concluído em 2022;
- h) "Superar a Sobrevivência", Moçambique, Província de Nampula, Distrito de Monapo, em execução;

E, por fim, recordou que estas iniciativas eram atividades de base comunitária que visavam o apoio à produção sustentável, processamento e comercialização de alimentos por agricultores familiares, a capacitação de organizações locais, a atuação em situações de subnutrição de mães e crianças e ações de educação alimentar e nutricional, pelo que o apoio da CPLP era particularmente relevante para as populações beneficiárias.

A RPFC aprovou as propostas de realocação.

A PFC BR avançou uma proposta de que os recursos livres apurados pudessem ser integralmente aplicados no financiamento do VIII Congresso de Educação Ambiental da CPLP, para reforçar o apoio à rúbrica das deslocações, a ser executada pela entidade executora, a ASPEA.

A XLIX RPFC decidiu alocar os recursos livres disponíveis no Fundo Especial, no valor de €72.257,25 ao "VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza (AP76/STP/24)".

6. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação

- a. Novas Propostas de Atividade
 - i. Plano de Formação Externa IPMA – 2025
 - ii. Mediar CPLP: Fortalecimento da Resolução de Conflitos e Inclusão Feminina nos países Lusófonos
 - iii. CPLP Conecta: Plataforma de Internacionalização e Transformação Digital para Empresas
- b. Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC

O DC recordou que as atividades haviam sido apresentadas em reunião eletrónica, no dia 17 de março, e lembrou as "Categorias de decisão para Deliberação sobre Propostas de Atividade".

Abordando a primeira proposta de atividade - Plano de Formação Externa IPMA – 2025, o Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) informou que Portugal estaria na disponibilidade de financiar integralmente a atividade, a partir de recursos existentes no Fundo Especial, colocados por Portugal/Instituto Camões I.P.

A PFC BR solicitou que pudesse ser avaliada a possibilidade de efetuar uma parceria com o INPO (Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas) envolvendo esta entidade na atividade, explicando que tal possibilitaria o compartilhamento, com os Estados da CPLP, da perspectiva brasileira sobre ciências oceânicas.

A XLIX RPFC deliberou pela inclusão no QBC 2023-2025 da Atividade “Plano de Formação Externa IPMA – 2025”, tendo aprovado técnica e financeiramente a atividade. O financiamento da atividade seria concretizado a partir de recursos existentes no Fundo Especial, colocados por Portugal/Instituto Camões I.P.

A proposta “Mediar CPLP: Fortalecimento da Resolução de Conflitos e Inclusão Feminina nos países Lusófonos” foi considerada relevante pela PFC BR, que destacou os esforços do Brasil na promoção de soluções pacíficas de controvérsias. Afirmou que o governo brasileiro reconhecia a importância da participação feminina em mediações, em conformidade com a Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, integrando redes regionais de mulheres mediadoras e aderindo, em 2024, ao “compromisso comum” da ONU para esse fim. Acrescentou que o Brasil vinha priorizando modelos de mediação mais flexíveis e informais, adaptáveis a diferentes contextos. O projeto, tal como apresentado, no entanto, parecia ter como objetivo a criação de um “regime uniforme” entre os países de língua oficial portuguesa, o que não parecia viável, dada as diferenças de realidade existentes e as necessidades dos Estados potencialmente envolvidos, explicou. Disse também que não era claro qual seria o escopo do projeto, uma vez que, em alguns aspectos, parecia concentrar-se em mediação de disputas empresariais e comerciais, em outros, em conflitos político-sociais ou, ainda, em conflitos armados, considerando ainda que a área de mediação era demasiado vasta, e seria necessário restringir a área em que o projeto visaria a atuar. Assim, num primeiro momento, afirmou que seria preferível melhor entender os objetivos da proposta, de forma a ajustá-la para atender às necessidades dos Estados-Membros da CPLP.

Os Pontos Focais de Cooperação da Guiné-Bissau e de Portugal secundaram a intervenção da PFC BR e indicaram a questão da falta de acesso ao orçamento como relevante para inviabilizar uma aprovação.

A XLIX RPFC deliberou pela inclusão no QBC da atividade e pela sua aprovação com a categoria de decisão “b” aprovação condicionada, sujeita a revisão técnica, conforme descrito acima.

A terceira atividade “CPLP Conecta” foi comentada pelo PFC PT, que também em relação a esta atividade, expressou dificuldades na exposição e conformidade do orçamento proposto, o que se apresentava como uma condicionante para uma aprovação da proposta, entre outras questões que careciam de melhor desenvolvimento no documento de atividade.

A PFC BR indicou que a iniciativa “CPLP Conecta” tinha o potencial para aproximar startups e empresas brasileiras dos ecossistemas de inovação dos Estados da CPLP, promovendo parcerias estratégicas, capacitação e apoio à internacionalização, por meio de workshops e programas de mobilidade. Recordou que a Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP), com estatuto de observador consultivo da CPLP, não integrava formalmente a estrutura da CPLP, e suas ações são de responsabilidade das associações empresariais que a compõem, não dos governos, questionando o papel de Entidade Executora que a CE-CPLP assumira na atividade. Avançou também que, embora o

comércio intracomunitário ainda enfrentasse desafios, era desejável fomentar a cooperação empresarial e explorar complementaridades de mercado. Informou que o SEBRAE alertara para a necessidade de avaliar a viabilidade de uma plataforma própria da CPLP, considerando alternativas já existentes no mercado. Por fim, considerou que seria oportuno submeter a proposta à análise das agências de promoção comercial e de investimento.

O PFC TL registou um erro na ficha de avaliação disponibilizada pelo SECPLP e fez uma recomendação ao SECPLP para que pudesse ser corrigido o preenchimento da respetiva ficha, cujos valores de ponderação de avaliação não haviam sido adequadamente considerados, registando que deveria haver uma maior atenção em futuras avaliações.

7. Enquadramento estratégico da cooperação da CPLP

- a. Definição do Estado-Membro a monitorizar em 2026 (primeira RPFC de 2026)

A Ponto Focal de Cooperação de Moçambique (PFC MOÇ) usou da palavra para informar da intenção de Moçambique em acolher a Reunião de Pontos Focais de Cooperação, a decorrer em fevereiro/março de 2026.

- b. Calendário das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP durante a próxima Presidência da CPLP

O DC recordou o processo que levara a identificação e aprovação de um Calendário das RMS - Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP (Anexo 11). Manifestou a disponibilidade do SECPLP em apoiar a próxima Presidência na preparação de um cronograma, pelo que seria preparado uma proposta de Resolução, a submeter ao próximo Conselho de Ministros, com a indicação de um calendário para as RMS da próxima presidência da CPLP. Explicou que seria de suma importância aferir as disponibilidades dos Ministros nas diferentes áreas para facilitar o agendamento das RMS previstas.

Recordou as reuniões do pilar de cooperação previstas até ao termo da presidência santomense da organização: nos setores da Saúde, Energia e Trabalho e Assuntos Sociais.

- c. Proposta de Resolução sobre a utilização do Fundo Especial pelas Reuniões Ministeriais Setoriais

O DC informou que, no seguimento de dúvidas suscitadas em sede de Comité de Concertação Permanente (CCP) sobre a utilização de recursos aportados ao Fundo Especial pelas Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP (RMS), nomeadamente para apoio às atividades dos seus Secretariados Técnicos Permanentes, seria trabalhada uma proposta de Resolução, a submeter ao próximo Conselho de Ministros, com o objetivo de recuperar todo o histórico e clarificar o procedimento.

8. Informações e outros assuntos

- a. Informação sobre as reuniões ministeriais setoriais no âmbito do pilar da cooperação
 - i. X Reunião de Ministros do Ambiente, 18 de fevereiro de 2025 (DIRCOOP)
 - ii. III Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água, 20 de fevereiro de 2025 (DIRCOOP)
 - iii. III Reunião Interministerial de Governação Eletrónica, 25 de março de 2025 (DIRCOOP)

iv. Calendário das restantes reuniões ministeriais setoriais até à passagem da presidência (DIRCOOP)

O DC abordou as Reuniões Ministeriais realizadas durante o primeiro semestre de 2025, passando em revista as deliberações das mesmas, conforme Declarações adotadas e oportunamente circuladas pelos Estados-Membros.

Indicou também as Reuniões Ministeriais que ainda estavam previstas realizar durante a Presidência de São Tomé e Príncipe, designadamente a VII Reunião de Ministros da Saúde (15 de abril, São Tomé), III Reunião dos Ministros da Energia (26 de maio, Sede da CPLP); e a XVI Reunião dos Ministros da área do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (18 de junho, Sede da CPLP). Abordou ainda, embora fora desse calendário, a XVI Conferência dos Ministros da Juventude e Desportos da CPLP (27 de julho, Díli).

b. 2ª Reunião da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos da CPLP, 11 e 12 de março de 2025 (DIRCOOP)

O DC apresentou em breves palavras as conclusões da II Reunião da Rede, sublinhando a aprovação do Plano de Ação da Rede. Afirmou que a concretização da Rede e os trabalhos desenvolvidos demonstravam o compromisso dos Estados-Membros em continuar a fortalecer a cooperação dentro da CPLP na área dos Direitos Humanos. Acrescentou que fora identificada a oportunidade de definir o local da III Reunião da Rede, tendo sido recordada a disponibilidade manifestada pela Guiné-Equatorial, no encontro de Maputo, de julho de 2023, para acolher uma próxima reunião.

c. Preparação da CPLP para a COP 30 (DIRCOOP)

O DC enunciou as dificuldades de inscrição da CPLP na COP e disse que esperava contar com apoio da Presidência do Brasil da COP30 para esse efeito. Recordou que as deliberações das últimas Reuniões dos Ministros do Ambiente recomendavam uma presença efetiva da CPLP enquanto Organização Internacional. Explicou, ainda, que a intenção seria ter um pavilhão da CPLP no evento. Acrescentou a sugestão de que os PFC pudessem instar os PF do Ambiente para retomarem a articulação do Plano de Ação para que a preparação pudesse ter maior sucesso, indo ao encontro da deliberação dos Ministros do Ambiente.

d. Edição de 2025 da “Corrida da CPLP – Juntos contra a Fome” (DIRCOOP)

O DC forneceu um contexto da iniciativa e do seu enquadramento no âmbito da “Campanha Juntos contra a Fome!”

Indicou que estava prevista realizar no dia 31 de maio, em Oeiras, Portugal, sendo precedida por uma Conferência sobre diplomacia no desporto, a realizar também em Oeiras, no dia 30 de maio. (anexo 12)

e. Curso sobre “Monitoramento de microplásticos no meio ambiente” (Universidade de São Carlos)

Neste ponto foi feita uma apresentação pelo Professor Walter Waldman da Universidade de São Carlos, do Brasil, sobre uma proposta de realização de um curso adaptado à realidade da CPLP sobre “Monitoramento de microplásticos no meio ambiente”, oferecido pela Universidade de São Carlos. Disponível em:

<https://youtu.be/nQ2Ex9vCBrE?si=QxPQc2kwQH6RHHLm>

- f. “Seminário Internacional da Juventude da CPLP” (Diretoria de Políticas Públicas Transversais de Juventudes da Secretaria Nacional de Juventude do Brasil)

Foi projetado um vídeo preparado pela Diretoria de Políticas Públicas Transversais de Juventudes da Secretaria Nacional de Juventude do Brasil, no qual se apresentou a ideia de realizar um Webinar Internacional da Juventude da CPLP e o Mundo do Trabalho, como forma de adensar relações entre as juventudes dos Estados da CPLP acerca do mundo do trabalho e de cooperações de boas práticas no tema. Indicou que remeteria mais informações para partilhar com os Estados-Membros sobre esta iniciativa.

- g. “Diálogos das Juventudes dos Países da CPLP pelo Meio Ambiente e a Justiça Climática”, Brasília, 21 a 25 de novembro de 2024 (PFC Brasil)

A PFC BR informou que esta iniciativa estava alinhada com a presidência em exercício da CPLP, sob o lema “Juventude e Sustentabilidade na CPLP”, visando a reforçar a participação juvenil nos Estados-Membros. Observou que, em novembro de 2024, se realizara em Brasília o I Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática, com jovens da CPLP e dos biomas brasileiros, resultando na Carta da Juventude Brasileira, com propostas sobre justiça climática. Adiantou que, a partir daquele naquele momento, decorria se iniciaria a fase de implementação das Oficinas Nacionais nos Estados-Membros (dezembro/2024 a junho/2025), lideradas pelos jovens dos Estados-Membros que participaram da etapa do Brasil, com o objetivo de produzir as Cartas Nacionais das Juventudes, expressando as perspetivas locais sobre educação ambiental e crise climática.

Indicou que o processo culminaria em julho de 2025, no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental da CPLP, em Manaus, onde seria elaborada a Carta das Juventudes da CPLP pelo Meio Ambiente e Justiça Climática. Esse documento serviria como base para a intervenção das juventudes da CPLP na COP30, em Belém, em novembro de 2025. A iniciativa, pela sua dimensão participativa e alcance político, permitia reforçar a cooperação no espaço da CPLP e afirmava as juventudes como protagonistas na construção de respostas aos desafios ambientais. Concluiu, sublinhando que estava se esperaria a participação prevista a deslocação dos jovens do Brasil para os demais dos Estados-Membros, participantes dessa iniciativa, para o Congresso e para a COP30.

- h. Informação sobre a atividade “Lusofonia em Timor-Leste”

O PFC TL recordou que se tratava de uma atividade previamente apresentada à RPFC. Avançou que o Governo de Timor-Leste iria assumir o orçamento em falta para que fosse possível dar início à implementação. Indicou que a atividade fora apresentada ao CCP com esse pressuposto e, portanto, não retornaria aos PFC.

- i. Prémio José Aparecido de Oliveira (Moçambique)

A PFC MOÇ informou que, na sequência da NV circulada pelo SECPLP, havia sido sugerido ao governo Moçambique que pudesse ser apresentada a candidatura do Ex-PR Joaquim Chissano, um dos fundadores da CPLP, ao prémio. Acrescentou que Moçambique anunciaría essa candidatura.

9. Aprovação da Grelha de Deliberações

A Grelha de Deliberações aprovada consta no Anexo 13.

10. Encerramento dos Trabalhos

O Coordenador agradeceu aos PFC pela presença, pelo empenho e trabalho, o que permitira o avanço dos trabalhos de acordo com as expetativas.

Não havendo nada mais a declarar, deu-se por encerrada a Reunião.

Lista de Anexos:

1. Lista de Participantes
2. Agenda da XLIX RPFC – versão aprovada
3. Grelha de deliberações da XLVIII RPFC
4. Quadro Síntese - Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (dezembro de 2025)
5. Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2023-2025
6. Apresentação FEC
7. Apresentação Atuar
8. Apresentação ISP
9. Apresentação ASPEA
10. Apresentação LENEC
11. Apresentação In Totum
12. Calendário das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP
13. Apresentação “Corrida Juntos contra a Fome!”
14. Grelha de Deliberações da XLIX RPFC

XLIX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Malabo, 2 e 3 de abril de 2025

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
 - José Paulino Cunha da Silva Embaixador José Paulino Cunha da Silva, Diretor para Cooperação Internacional, do Ministério das Relações Exteriores, Ponto Focal Cooperação
 - Segunda-Secretária Georgina Vieira - Missão de Angola junto da CPLP
 - Terceiro-Secretário Gildo dos Santos - Direção de Cooperação Internacional, Ministério das Relações Exteriores (MIREX)
- **BRASIL**
 - Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP (CGCCPLP) da ABC e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores
 - Alda Alves da Silva, Analista de Projeto, ABC
- **GUINÉ-BISSAU**
 - Maria Domingas Tavares Pinto Cardoso Diretora Geral da Cooperação Internacional
 - Mariama Pinto, Conselheira, Embaixada da República da Guiné-Bissau em Portugal
- **GUINÉ-EQUATORIAL**
 - Ricardo Mateo Sila, Embaixador Encarregado da Lusofonia, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Assuntos Exteriores
 - Eric Rondo, Embaixador-Adjunto da Lusofonia, Ministério dos Assuntos Exteriores
- **MOÇAMBIQUE**
 - Ilda Trigo Raivoso, Diretora-Adjunta para as Organizações Internacionais e Conferências (DOIC) e Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC);

- Inácio Muzime, Chefe de Departamento de Política Internacional e Desk Officer para a CPLP (DOIC/MNEC);
 - Maria do Céu Cardoso, Conselheira, Embaixada de Moçambique em Lisboa
- **PORUGAL**
 - André Nabais, Divisão de Assuntos Multilaterais, Direção de Serviços de Cooperação Multilateral e Europeia, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Nilson Lima, Conselheiro, Diretor do Gabinete Técnico de Apoio à Presidência da CPLP e Ponto Focal de Cooperação
 - Cláudia Cotrim, Terceira-Secretária e Técnica do Gabinete Técnico de Apoio à Presidência da CPLP
 - **TIMOR-LESTE**
 - Olívio de Deus, Diretor Nacional para a CPLP do Ministério dos Negócios Estrangeiros
 - António Joaquim de Almeida Vieira, Diretor Interino para os Assuntos da CPLP
 - Andreia Pires, Técnica Superior, Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP
 - **Secretariado Executivo da CPLP**
 - Zacarias Albano da Costa, Secretário Executivo da CPLP
 - Filomena Duarte, Chefe do Gabinete do Secretário Executivo
 - Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação
 - Arlinda Cabral, Técnica Superior do Gabinete do Secretário Executivo
 - Philip Baverstock, Técnico Superior da Direção de Cooperação
 - **Entidades Convidadas**
 - Joana Dias, ACTUAR – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento
 - Joaquim Ramos Pinto, ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental
 - Rui Miguel Valente Marques, BIGMOVE
 - Ricardo Seabra de Campos, FEC – Fórum Energia e Clima
 - Cátia Sofia Matos Sousa, FEC – Fórum Energia e Clima
 - Manuel Correia Guedes, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa
 - Eduardo Manuel Fortunato, LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia